



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Fazenda

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 182/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido à Secretaria da Fazenda, número SIC em epígrafe, para cópia de todos os pareceres produzidos pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – Codec.
2. Em resposta, a entidade forneceu esclarecimentos sobre como obter as informações, acrescentando terem sido proferidos quase 1.200 pareceres e apresentando o custo para reprodução e digitalização dos documentos. Insatisfeito, o interessado recorreu, indicando no site alguns pareceres em formato PDF e solicitando consulta presencial aos demais pareceres não disponíveis no portal.
3. Instada a sanar a supressão de instância (fl. 07), a Pasta manifestou que na internet existem 3 (três) pareceres Codec de conteúdo geral, e orientou o interessado sobre os custos para a reprodução dos pareceres, bem como disponibilização do material para consulta pessoal (fls. 10/11).
4. Analisando-se o feito, constata-se que a decisão recorrida não merece reparos. A Lei n. 12.527/2011, ao regulamentar o direito constitucional de acesso à informação, determinou a entrega imediata, mediante solicitação, das *informações disponíveis*, nos termos do artigo 11. No caso concreto, todas as dúvidas do recorrente foram plenamente sanadas.
5. Não há que se falar, portanto, em negativa de acesso à informação, uma vez ter sido atendido o disposto no artigo 11 da Lei de Acesso a Informação, concedendo-se acesso a todas as informações disponíveis a respeito do assunto proposto.
6. Diante do exposto, **conheço do recurso e, no mérito, nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011, desconsideradas as inovações e pedido de providências. Ausentes, pois, as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 10 de junho de 2016.

[REDACTED]
GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO